



Cagarraios e Cavalões: Jornalismo, poder e metaficção historiográfica em “Rio de Raivas”, de Haroldo Maranhão¹

Marcelo VIEIRA²

RESUMO

A narrativa histórica, inclusive de uma história da imprensa, passa por uma necessária reformulação sobre a natureza do discurso das fontes e da própria historiografia. A metaficção historiográfica do livro “Rio de Raivas”, de Haroldo Maranhão, utiliza-se da ironia e da paródia para reconstruir e representar um período de embate entre o poder político e a imprensa no estado do Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, história, paródia, metaficção historiográfica, Haroldo Maranhão.

“A Santa Maria de Belém chegava-se pelo rio. De onde quer que se viesse chegava-se pelo rio. Mesmo quando a invenção de voar chegou por lá, no rio ainda é que as águias e condores pousavam”³. Era assim até a década de 1960, na capital do estado do Pará. Nesta cidade-ilha, enclave urbano entre a água e floresta, olhada a partir do contemporâneo, a narrativa do passado é comprometida não só pela insuficiência da historiografia⁴, mais particular, como pela incerteza inerente ao próprio processo historiográfico, questão amplamente debatida em especial dentro do que se convencionou de Estudos Culturais.

O questionamento cinema; ficção; arte; italiano da narrativa histórica tradicional tem se dado em diversos níveis, como, por exemplo, na separação efetuada pela história tradicional entre o literário e histórico, debate central na teoria e arte pós-modernas.

Considera-se que as duas (formas de escrita) obtêm sua força muito mais a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos altamente convencionalizados em suas formas narrativas e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. (HUTCHEON, 1991, P. 141).

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do programa de Teoria Literária da Universidade Federal do Pará e professor do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia, e-mail: marcelovieira@unama.br.

³ O trecho corresponde à abertura do romance “Rio de Raivas”, de Haroldo Maranhão, editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1987.

⁴ Esta afirmação, em geral, incomoda os historiadores quase tanto as outras que se seguem. No entanto, é importante ressaltar esta insuficiência remete a ainda recente e incipiente tradição da pesquisa historiográfica na Amazônia. Não se afirma, portanto, que as fontes não existam ou sejam insuficientes. Os problemas estão na esfera do acesso e da própria utilização das fontes e, em outro nível, da legitimação dos trabalhos produzidos acerca da história da região.



Uma nova abordagem da história passa a valorizar o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica. Ou seja, as práticas discursivas conferem dimensão literária à experiência social, estrutura literária à escrita histórica (Cf. KRAMER In HUNT, 1992, p. 131-173). Por outro ângulo, conforme afirma Gottschalk (apud HUTCHEON, 1991, p.126), entende-se que qualquer tentativa de reconstituição do passado, isto é, uma historiografia, requer um processo imaginativo⁵.

Num movimento complementar, as narrativas literárias podem adquirir uma nova significação histórica, ultrapassando “as fronteiras da teoria e da prática, muitas vezes envolvendo uma na outra e uma pela outra, e muitas vezes a história é o cenário dessa problematização” (HUTCHEON, 1991, P.123). Essas produções podem ser classificadas conforme o conceito de metaficção historiográfica, que “ao mesmo tempo que explora, questiona o embasamento do conhecimento histórico do passado em si”. Ou seja, sem perder o caráter de obra literária, a metaficção historiográfica examina o passado, problematiza relações entre a redação da história, narrativização e ficcionalização e ainda oferece-se, ainda mais no caso de regiões como a Amazônia, como uma “fonte”, um discurso ora complementar, ora alternativo à história tradicional.

Uma história, muitas histórias

No caso amazônico, para retomar as afirmações iniciais deste artigo, a metaficção historiográfica preenche uma lacuna ao mesmo tempo que propõe uma narrativa por vezes completamente diferente da história tradicional. É o que ocorre, por exemplo, com a obra “Rio de Raivas”, do autor paraense Haroldo Maranhão⁶. O livro do romancista paraense conta a história do embate entre os figadais inimigos Cagarraios Palácios, governador do Estado, e Palma Cavalão, dono e editor do jornal “O Folharal”.

⁵ Imaginação aqui conforme o sentido adotado por Hayden White, em *Trópicos do Discurso* (Edusp,1994), um processo mental organizador da realidade. As narrativas históricas, segundo o autor, apresentam, assim como as ficcionais, “coerência, integridade, plenitude e inteireza de uma imagem da vida que é, e só pode ser, imaginária” (p. 126). Essa característica não implica dizer que os fatos históricos não ocorreram, mas que sua narrativa, necessariamente, vale-se de formas imaginárias e é preciso levá-las em consideração.

⁶ Misto de jornalista, escritor e advogado, Haroldo Maranhão nasceu em Belém, no dia 7 de agosto de 1927. Aos 13 anos já era repórter policial no jornal A Folha do Norte, do avô, Paulo Maranhão, onde chegou a ser redator-chefe. Na Folha, fundou e dirigiu, de 1946 a 1951, o Suplemento Literário do jornal. Em seguida, junto com Benedito Nunes e Mário Faustino, publicou a revista Norte – que tirou três edições entre 1951 a 1952. Depois da estreia com a “A Estranha Xícara” (Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968), Haroldo Maranhão publicou uma obra preciosa, na qual despontam livros como “O Tetranelo Del-Rei”, “Cabelos no Coração” e o próprio “Rio de Raivas”. Do ponto de vista literário, Haroldo esteve ligado à chamada “Geração dos Novos” de Belém do Pará, que congregava nomes como Mário Faustino, Bruno Menezes, Ruy Barata, Dalcídio Jurandir, Paulo Plínio Abre e Max Martins, entre outros. O grupo se reunia em tona da livraria D. Quixote, de propriedade de Haroldo, que funcionava na galeria do edifício Palácio do Rádio, e do suplemento cultural da Folha do Norte.



Há consenso de que as duas figuras correspondem claramente ao ex-governador paraense Magalhães Barata, que por duas vezes comandou o Estado como interventor e outro como governador, morrendo no cargo, e a Paulo Maranhão, avô do romancista e dono dos jornais “Folha do Norte” e “Folha Vespertina”, órgãos encarniçadamente opostos a Barata. Dividida em duas partes, “Jogo Bruto” e “As Duas Mortes do Governador”, a narrativa de “Rio de Raivas”, se inicia às vésperas de uma das mais encarniçadas eleições já ocorridas no Estado do Pará, a de 1950, que contrapôs Magalhães Barata a Zacarias de Assumpção, e se desenrola pelos anos seguintes, até o ocaso dos dois personagens, traçando um retrato crítico e revelador da sociedade belenense dos anos 1950.

Parte da guerra entre o governador e o editor foi resumida por Paulo Roberto Ferreira em artigo⁷ sobre a história da imprensa na Amazônia.

A “Folha do Norte”, que iniciou sua circulação em 1896, fundado por Enéas Martins e Cipriano Santos, surge como oposição a Antônio Lemos e como órgão de sustentação das idéias do Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e depois por Paes de Carvalho, todos políticos da ordem vigente. Quando o revisor de provas, jornalista Paulo Maranhão, assume a direção do periódico, a linha editorial muda parcialmente.

O jornal passa a divulgar mais as mudanças urbanas que Belém experimentava, mas sem deixar de acompanhar o desempenho dos políticos, já que a política tanto na velha República como no novo momento histórico, após a Revolução de 30, mexia com tantos interesses, que mesmo aqueles que se mantinham aparentemente distantes dos partidos, não deixavam de tomar suas posições.

Era o tempo do “baratismo”, movimento político ligado ao interventor (nomeado por Getúlio Vargas) e depois governador Joaquim Magalhães Cardoso Barata, que surge na política paraense a partir de 1930. Barata era afilhado de Lauro Sodré, o maior inimigo de Antônio Lemos, mas convivia socialmente com Paulo Maranhão, dono da “Folha do Norte”. O rompimento entre os dois se deu em 1933.

Maranhão, que guardava mágoa da censura comandada, no Pará, por Barata, escreveu uma nota criticando a decisão do interventor, que mandara punir todos os funcionários estaduais que não elegeram os representantes paraenses na Assembléia Constituinte. A nota foi assinada por um pseudônimo de Maranhão, “Justino de Souza Montalvão”. Barata reagiu com a suspensão da “Folha”, durante quatro dias. Estava instalada a guerra entre o jornalista e o homem público.

Guerra essa que durou 26 anos, quando Barata morreu em 1959. Tempo que valeu, por exemplo, à família de Maranhão,

⁷ FERREIRA, P.R. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Publicado no site <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/midia/paulorobertoferreira.doc>.

permanecer praticamente homiziada durante 13 anos no prédio que abrigava a oficina, a redação, a gerência comercial e a residência do proprietário do jornal.

Observador próximo do embate, Haroldo Maranhão sentiu na pele os efeitos dele. Haroldo e o irmão Ivan tiveram que passar parte da infância “confinados” à sede do jornal, crescendo entre a redação e as oficinas, por temor de eventuais agressões por parte dos partidários de Barata⁸. Espectador privilegiado do período histórico, Haroldo Maranhão, um dos mais importantes nomes da “Geração dos Novos” da literatura paraense, ultrapassou a fronteira entre “fato” e “ficção” para recontá-lo.

Surge neles (*livros de Haroldo Maranhão*) a oportunidade de recontar a história, sob vários pontos de vista, para fugir de ideias consagradas, aniquiladoras da língua plural, o que dá a seus livros características de combate à unidade discursiva. (ALVES, 2006, P. 11)⁹

É, por exemplo, muito fácil reconhecer alguns acontecimentos devidamente registrados na historiografia do período e que foram contados *ipsis literis* pelo autor como o famoso caso do banho de fezes que partidários de Magalhães Barata/Cagarraios Palácios aplicaram em Paulo Maranhão/Palma Cavalão, quando esteve chegando em casa após um dia de trabalho no jornal¹⁰. No romance, como de fato ocorreu, o atentado recebeu grande destaque nas páginas do jornal dos Maranhão. O editorial publicado por Palma Cavalão no livro tem o mesmo título do que foi veiculado na Folha Vespertina: “Ato porco de um governo porco”¹¹, no qual constava a célebre tirada “Cada um dá o que tem e o governo só tem merda a dar”.

Por outro lado, algumas vezes Maranhão modifica deliberadamente os fatos, alterando-o para servir ao projeto ficcional do romance, como ao modificar a ordem em que morrem o político e o jornalista. Em “Rio de Raivas”, Cagarraios sobrevive a Cavalão, mas Magalhães Barata morreu antes, em 1959, de leucemia. Na ocasião, Paulo

⁸ O livro “Querido Ivan”, uma coletânea de cartas enviadas pelo autor ao irmão nos 21 dias anteriores ao falecimento deste, ao ritmo de uma por dia, registra a memória dos dois irmãos acerca das atribuições da infância.

⁹ ALVES, S.A. **Fios de Memória**: jogo textual e ficcional de Haroldo Maranhão. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literário da Universidade Federal de Minas Gerais, fevereiro de 2006.

¹⁰ No romance, o autor do atentado é o delegado Inocêncio Liberal, personagem que corresponde, na transposição de Haroldo Maranhão, ao delegado Armando Corrêa, secretário-geral do Estado. Complementarmente ao editorial, Paulo Maranhão fez publicar um anúncio na Folha do Norte do dia 5 de maio de 1950, em que Armando Corrêa comunicava estar mudando de nome Armando Corrêa Trampa (fezes). Desde então, os jornais de Maranhão passaram a cognominá-lo apenas de Armando Trampa. Neste momento, o governador do Estado era Moura Carvalho, partidário de Barata, que então era senador. Barata só seria eleito governador em 1955, depois de perder outra eleição, em outubro de 1950 para o Zacarias de Assumpção.

¹¹ FOLHA VESPERTINA, Belém, 14 de abril de 1950. O banho de fezes em Maranhão tinha ocorrido num domingo, dia 11 de abril, data em que o jornalista completava 84 anos.



Maranhão chegou a dedicar-lhe um editorial na edição vespertina da Folha do Norte, no mesmo dia do falecimento do governador, 29 de maio.

Ninguém desconhece, entre nós, a vida pública do extinto, que foi duas vezes interventor do Estado, e agora exercia o mandato executivo pelo sufrágio das urnas no quinquênio corrente. Chefe de um grande partida, ao qual a sua autoridade impunha ordem, respeito e disciplina conseguiu assenhorear-se das posições mais elevadas da administração pública, não somente no âmbito estadual como no federal. A sua morte, precedida de uma agonia lenta e dolorosa, causou profunda consternação, não apenas entre seus amigos como na sociedade em geral, em cujo seio, acima de sentimentos pessoais, paira a trégua sobre estados morais que a morte tem o poder de modificar. Paz a sua alma!¹²

Já Paulo Maranhão faleceu sete anos depois, em 1966, a tempo de assistir ao começo do fim do jornal, que duraria até 1974, mas que já estava acuado pelos militares, que haviam assumido o poder no Brasil em 1964 por meio de um golpe. Após a morte do temido editor,

Também é fácil reconhecer a modificação que ocorre no relato da destituição de Paulo Maranhão, junto com o filho João, do comando da Folha do Norte, pelo filho mais novo, Clóvis Maranhão, e o genro do editor, Augusto Magessi (respectivamente Mimi Cavalão e Gorilla Majestic, em “Rio de Raivas”). Neste caso, o livro registra que Paulo Maranhão foi apeado da direção jornal ainda em vida, mas a “traição” do filho e do genro na verdade ocorreu anos após a morte do patriarca e afastou do jornal o filho mais velho de Maranhão, João, que, por sua vez, é o pai do romancista. Depois de falir em 1974, a Folha do Norte foi vendida ao empresário Romulo Maiorana, que então também já era dono do jornal O Liberal, ligado desde a fundação ao baratismo.

Paródias e caricaturas

¹²FOLHA VESPERTINA. Belém, 29 de maio de 1959. Editorial. Dias depois, em 6 de junho, já na Folha do Norte, Maranhão dedicaria palavras bem mais carinhosas a Dalila Nogueira Ohana (Dona Ebréia em “Rio de Raivas”. A esposa de Maranhão, dona Waldomira, no livro é a Dona Pompéia), segunda mulher de Barata, que foi convidada a retirar da casa onde morara com o governador pelas filhas deste, Jandira e Jacira, para que a mãe delas, Georgina, de quem Barata se separara em 1938, pudesse entrar na casa. Depois, ela não pôde mais voltar e acabou se autoexilando no Rio de Janeiro, onde morreu. O texto de Maranhão, denominado apenas de “A Uma Senhora, mostra o jornalista solidário ao drama de Dalila Ohana e crítico à “corte” de Barata, que agora ignorava aquela que sempre tinha sido tratada como a primeira-dama. A própria Dalila faria sua ajuste de contas no livro “Eu a e as últimas 72 horas de Magalhães Barata: para os historiadores que amam a verdade” (Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960).



No entanto, o que talvez seja mais fascinante em “Rio de Raivas” são os inúmeros personagens e situações devidamente cifrados por Haroldo Maranhão por meio da paródia e da caricatura. Recriados, esses personagens recontam parte da história da cidade, mas ao mesmo tempo a amplia e potencializam o olhar crítico do autor que, por meio deles, acerta contas com o passado, com a cidade. Em Haroldo, a memória serve como matéria-prima para criação literária porém esta indissociada da crítica social. Dessa *poiesis*, surge uma Belém ideal, no sentido platônico, eternizada. Para Lúcio Flávio Pinto, referindo a “Querido Ivan”¹³, mas podendo ser plenamente empregado para “Rio de Raivas”, a narrativa de Haroldo Maranhão transpira “história, uma história sem final feliz, sem heróis imaculados, sem um grande vencedor”¹⁴.

A combinação de personagens e situações, enriquecidas pelos mecanismos paródicos e caricaturais, submetem que lê “Rio de Raivas”, a um torturante desejo de saber quem é quem na narrativa, curiosidade típica provocado pelos “romans à clef”, os romances com chave. No entanto, o esforço, se não é vão, é consideravelmente alto e muitas vezes não resulta em bons resultados. O próprio Haroldo, antes de morrer, chegou a afirmar, segundo pessoas que conviveram com ele, como o jornalista Elias Pinto, que não gostava que “Rio de Raivas” fosse lido dessa forma, com a preocupação de descobrir quem corresponde a quem.

Apesar da vontade de Haroldo e da relativa dificuldade da empreitada, é claro que as situações parodizadas em “Rio de Raivas” são de grande interesse para uma leitura da história daquele período. Nesse caso, como metaficção historiográfica, “Rio de Raivas” parte dos discursos da história da ficção para afirmar a sua pretensão a também ser um registro da “verdade”. Essa leitura, porém, será incompleta se forem esquecidas duas características da literatura de Maranhão. A primeira delas é a ironia, que tempera o texto haroldiano. Dono de um humor mordaz, Haroldo Maranhão aponta impiedosamente para a hipocrisia e a indigência intelectual da então elite paraense. O sarcasmo vira, então, uma arma a serviço da crítica social, da própria representação de Belém e seus habitantes pelo autor. Portanto, ao se ler Haroldo Maranhão, há sempre que se procurar o outro sentido, a galhofa, a entrelinha que aponta e escarnece daquilo que, de outra forma, costumou-se levar a sério. O resgate do passado dispensa a nostalgia, mas recorre consistentemente à ironia.

¹³ MARANHÃO, Haroldo. Querido Ivan. Editora Jornal Pessoal, Belém, 1998.

¹⁴ Introdução ao livro “Querido Ivan”, p.10.



O outro elemento, a paródia, ao menos neste trabalho requer um pouco mais vagar uma vez que trata-se de um conceito fundamental para a literatura não só do autor, mas de uma forma geral para toda a metaficção historiográfica e, por extensão, à produção pós-moderna em geral. Segundo Hutcheon (1991, p.12), a “arte pós-modernista é, ao mesmo tempo, intensamente auto-reflexiva e paródica”. A ironia realmente assinala a diferença em relação ao passado, mas a imitação intertextual atua ao mesmo tempo no sentido de afirmar – textual e hermeneuticamente o vínculo com o passado (Idem, p.13).

Paródia aqui é o canto paralelo, da acepção etimológica, mas, para além da etimologia, paródia será um texto que contém outro texto, do qual é uma negação, uma rejeição e uma alternativa. Em “Uma Teoria da Paródia”¹⁵, Hutcheon define ironia como “uma forma de imitação, caracterizada por uma inversão irônica, nem sempre às custas do texto parodiado. Mais didaticamente, Jozef (1980, p.69)¹⁶ aponta algumas características da paródia:

- A paródia dilata o alcance do signo literário produzindo um novo corte semântico do signo para além da superfície manifesta do texto que a produz e que ela, simultaneamente, reproduz;
- É uma escrita transgressora, que revela na obra um segundo plano discordante;
- Esclarece o funcionamento intertextual, ao atuar como reflexão crítica sobre o processo de composição;
- Estabelece princípios dinâmicos fundamentais do texto, aprofundando seu mecanismo;
- Representa a subversão de toda temática e sua essência revela-se na escrita e pela escrita;
- A paródia apresenta o processo de produção do texto.

A paródia, em “Rio de Raivas”, está presente desde a atribuição de nomes dos personagens. Senão vejamos os casos dos dois principais: Cagarraios Ilha das Onças Palácio. Cagarraios Palácio é uma forma paródica da representação do Zeus da

¹⁵ HUTCHEON, Linda. Uma teoria da paródia. Lisboa, Edições 70, 1985.

¹⁶ JOZEF, Bella. O Espaço da Paródia in Revista Tempo Brasileiro. São Paulo, Edições Tempo Brasileiro, 1980.



mitologia grega, que Olimpo dispara raios como forma de afirmação de poder e autoridade. “Ilha das Onças” é a ilha em frente a Belém onde havia uma prisão da qual, diz a tradição popular, os presos eram levados para serem atirados na baía do Guajará durante as interventorias de Barata.

Palma Cância Cavalão remete imediatamente ao Paulo original, pela aliteração dos nomes, mas Cavalão, mais do rimar com Maranhão, representa a figura do editor, homem genioso que, segundo o próprio Haroldo Maranhão nas cartas ao irmão Ivan, era mais temido e odiado do que amado.

A própria relação entre as duas figuras remete ao duelo bíblico citado no livro de Jô e nas obras de Hobbes e Franz Neumann entre Leviatã, que tem a língua como arma, e Behemoth, poderoso pela força, figurando o poder do Estado, mas no calor amazônico, entre disputas paroquiais e fragilidades humanas, o mito é esvaziado, relido, parodiado.

Em diversas outras passagens e situações é possível encontrar horizontes paródicos, com sua demanda pro leituras diferenciadas. É o caso por exemplo do colunista Traque Fidalgo, inventado pela redação de “O Folharal” e com nome de forte ironia, uma paródia ao próprio jornalismo e ao colunismo social ainda tão em voga na cidade de Belém. Em outra vertente, o advogado Esmeraldo Mendanha, estrela da advocacia e amigo do governador, como agente de manobras entre interesses privados e o poder do Estado.

A leitura de “Rio de Raivas” oferece, portanto, oferece um outro discurso referente ao período histórico assinalado, mas esse discurso é polifônico, irônico, multiestratificado pela utilização da ironia e da paródia. Apropriar-se dele como objeto histórico e literário, encontrar suas chaves paródicas é tarefa para qual este texto é apenas um preâmbulo.

REFERÊNCIAS

ALVES, S.A. **Fios de Memória**: jogo textual e ficcional de Haroldo Maranhão. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literário da Universidade Federal de Minas Gerais, fevereiro de 2006.



- HUNT, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Editora, 2001.
- HUTCHEON, L. **Poética do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- _____. **Uma Teoria da Paródia**. Lisboa, Edições 70, 1985.
- JOZEF, B. O Espaço da Paródia in **Revista Tempo Brasileiro**. São Paulo, Edições Tempo Brasileiro, 1980.
- MARANHÃO, H. **Querido Ivan**. Belém: Edições Jornal Pessoal, 1998.
- _____. Rio de Raivas. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 1987.
- ROCQUE, C. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Vols. 1 e 2. Belém: Secult, 2006.
- FERREIRA, P.R. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Publicado no site <http://ww.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/midia/paulorobertoferreira.doc>.